



Introdução ao texto do Pacto

“A vida se manifestou; nós a vimos e dela testemunhamos, e proclamamos a vocês a vida eterna, que estava com o Pai e nos foi manifestada. Nós lhes proclamamos o que vimos e ouvimos para que vocês também tenham comunhão conosco. Nossa comunhão é com o Pai e com seu Filho Jesus Cristo. Escrevemos estas coisas para que a nossa alegria seja completa.” *1 João 1:2-4*¹

1. Deus nos chamou à comunhão com Jesus Cristo. (1 Cor. 1:9) Esta comunhão “nos foi manifestada” pelo Filho como sendo a própria vida divina de Deus Triuno. Qual é a vida que nos foi manifestada? São João deixa claro que a comunhão da vida na Igreja participa na comunhão que é a própria vida divina, a vida da Trindade. Esta vida não é uma realidade remota de nós mas uma que foi “vista” e “testemunhada” pelos Apóstolos e seus seguidores: “porque na comunhão da Igreja compartilhamos da vida divina”.² Esta vida do Deus Uno, Pai, Filho e Espírito Santo se forma e se mostra pela própria existência e ordem da Igreja.

2. Nosso chamamento divino à comunhão é de acordo com os propósitos de Deus para toda a criação (Ef. 1:10; 3:9 e ss.) Estende-se a todo ser humano, para que, ao compartilharmos da vida de Deus como Pai, Filho e Espírito Santo, Deus possa restaurar em nós a imagem divina. Ao longo dos tempos, de acordo com as Escrituras, Deus promoveu este chamamento por meio de alianças, ou pactos, com Noé, Abraão, Israel e Davi. O profeta Jeremias esperava uma nova aliança, escrita não em tábuas de pedra mas sim no coração (Jer. 31:31-34). Em Cristo Jesus, Filho de Deus, uma nova aliança nos é dada, estabelecida no seu “sangue derramado em favor de muitos, para perdão de pecados” (Mt 26:28), garantida por sua ressurreição dos mortos (Ef. 1:19-23) e selada com o dom do Espírito Santo derramado em nossos corações (Rom. 5:5). Nesta aliança de morte para o pecado e de vida nova em Cristo somos batizados e investidos no poder de compartilhar a comunhão de Deus em Cristo com todas as pessoas, até os confins da terra e da criação.

3. Reconhecemos humildemente que este chamamento e dom da comunhão trazem responsabilidades para nossa vida em comum perante Deus enquanto buscamos, por meio da graça, ser fiéis em nosso atendimento aos propósitos de Deus para o mundo. Unidos em uma Igreja universal, que é o Corpo de Cristo, espalhados pelo mundo, nós servimos a seu evangelho mesmo enquanto adquirimos a capacidade de sermos um através dos muros divisores do pecado e estranheza humanos (Ef. 2:12-22). As formas desta vida na Igreja, mantidas no mistério da comunhão divina, revelam ao poder hostil e divisor do mundo a “multiforme sabedoria de Deus” (Ef. 3:9-10). A fidelidade, honestidade, docilidade, humildade, paciência, perdão, e o próprio amor,

¹ Todas as citações bíblicas neste documento são da Nova Versão Internacional (NVI), cuja tradução direta das línguas bíblicas foi concluída em 2000. [N. do T.]

² A Igreja do Deus Triuno – A Declaração em Chipre da Comissão Internacional para o Diálogo Teológico Ortodoxo Anglicano (“The Church of the Triune God. The Cyprus Statement of the International Commission for Anglican Orthodox Theological Dialogue”), 2007, parágrafos 1/2.

vivido entre o povo da Igreja e por seus ministérios, em deferência e serviço mútuos (Mc. 10:44-45), contribuem à edificação do corpo de Cristo enquanto alcança a maturidade (Ef. 4:1-16; Col. 3:8-17).

4. Na providência de Deus, que vence até nossas divisões causadas pelo pecado, várias famílias de igrejas cresceram dentro da Igreja universal no decorrer da história. Entre estas famílias se encontra a Comunhão Anglicana, que proporciona um carisma e identidade particular entre os muitos seguidores e servos de Jesus. Reconhecemos o encantamento, a beleza e o desafio de manter a comunhão nesta família de igrejas, bem como a necessidade de compromisso e disciplina mútuos como testemunho da promessa de Deus em um mundo e uma época de instabilidade, conflito e fragmentação. Por isso, nós compactuamos, na qualidade de igrejas desta Comunhão Anglicana, sermos fiéis às promessas de Deus pela fé histórica que confessamos, pela nossa adoração em comum, pela nossa participação na missão de Deus e pelo jeito de vivermos em conjunto.

5. A intenção, ao compactuarmos, não é de mudar o caráter desta expressão anglicana da fé cristão. Antes, reconhecemos a importância de renovar de forma solene nosso compromisso uns com os outros e com o entendimento mútuo da fé e ordem que recebemos, para que os laços de afeto que nos mantêm juntos possam se reafirmar e intensificar. Fazemos isto para refletir em nossas relações uns com os outros a própria fidelidade de Deus e suas promessas em Cristo para conosco (2 Cor 1:20-22).

6. Somos um povo que vive, aprende e ora pelas Escrituras como Palavra de Deus. Procuramos adorar a Deus em agradecimento e louvor e a interceder pelas necessidades das pessoas em todo lugar, por meio da oração em comum, em união entre tantas culturas e línguas. Temos o privilégio de compartilhar da missão dos apóstolos para trazer o evangelho de Cristo a todas as nações e povos, não somente em palavras mas também em atos de compaixão e justiça que dão testemunho do caráter de Deus e do triunfo de Cristo sobre o pecado e a morte. Nós nos ofertamos como servos de uma união mais perfeita entre os cristãos divididos no mundo. Que o Senhor nos ajude a “não prega[r]mos a nós mesmos, mas a Jesus Cristo, o Senhor, e a nós como escravos de vocês, por causa de Jesus” (2 Cor. 4:5).

7. Nossa fé constitui o testemunho coerente daquilo que recebemos da Palavra de Deus e do testemunho duradouro da Igreja. Nossa vida em conjunto reflete as bênçãos de Deus (embora exponha nossos fracassos na fé, esperança e amor) ao fazer crescer nossa Comunhão e torná-la uma família verdadeiramente global. O objetivo da nossa missão é atender às grandes promessas de Deus em Cristo que abarcam os povos e o mundo que Deus tanto ama. Executa-se essa missão com a responsabilidade compartilhada por recursos e na interdependência entre nós mesmos e com a Igreja universal.

8. Nossa oração suplica que Deus redima nossas lutas e fraquezas, renove e enriqueça nossa vida em comum e utilize a Comunhão Anglicana para testemunhar efetivamente em todo o mundo e trabalhar com todas as pessoas de boa vontade, para a vida e esperança novas encontradas em Cristo Jesus.

O Pacto da Comunhão Anglicana

Preâmbulo

Nós, as Igrejas da Comunhão Anglicana, sob a Senhoria de Jesus Cristo, pactuamos solenemente uns com os outros as seguintes afirmações e compromissos. Como povo de Deus, provenientes de “todas as nações, tribos, povos e línguas” (Ap 7:9), fazemos isto para proclamar com maior eficácia em nossos diferentes contextos a graça de Deus revelada no evangelho, para oferecer o amor de Deus ao atender às necessidades do mundo, para conservar a unidade do Espírito pelo vínculo da paz e – juntamente com todo o povo de Deus – para atingir a medida da plenitude de Cristo (Ef. 4:3, 13).

Cláusula Primeira: Nossa herança de fé

1.1 Cada Igreja afirma:

(1.1.1) sua comunhão na Igreja una, santa, católica e apostólica, louvando o único e verdadeiro Deus, Pai, Filho, e Espírito Santo

(1.1.2) a fé católica e apostólica revelada unicamente nas Sagradas Escrituras e refletida nos credos católicos, fé esta que a Igreja é chamada a proclamar novamente em cada geração.³ Os formulários doutrinários históricos da Igreja da Inglaterra,⁴ elaborados no contexto da Reforma europeia e reconhecidos e apropriados de várias maneiras na Comunhão Anglicana, dão testemunho autêntico dessa fé⁵

(1.1.3) as Sagradas Escrituras dos Antigo e Novo Testamentos como contendo todas as coisas para a salvação e como sendo a regra e padrão da fé em última instância⁶

(1.1.4) o Credo dos Apóstolos como o símbolo batismal, e o Credo Niceno como declaração suficiente da fé cristã⁶

(1.1.5) os dois sacramentos instituídos pelo próprio Cristo – o Batismo e a Ceia do Senhor –, ministrados sempre com as palavras de instituição por Cristo pronunciadas e os elementos por Ele consagrados⁷

(1.1.6) o episcopado histórico, adaptado localmente nos métodos de sua administração, conforme as diferentes necessidades das nações e povos chamados de Deus na unidade de sua Igreja⁸

(1.1.7) as formas compartilhadas de nossa oração e liturgia comuns, que formam, sustentam e nutrem nosso louvor a Deus e nossa fé e vida em conjunto

³ Cf. O Prefácio à Declaração de Assentimento, Cânon C15 da Igreja da Inglaterra (Church of England)

⁴ Os Trinta e Nove Artigos da Religião, o Livro de Oração Comum de 1662, e a Ordenação de Bispos, Presbíteros e Diáconos

⁵ O Quadrilátero de Chicago-Lambeth de 1886/1888

⁶ O Quadrilátero de Chicago-Lambeth de 1886/1888

⁷ Cf. O Quadrilátero de Chicago-Lambeth de 1886/1888, O Prefácio à Declaração de Assentimento, Cânon C15 da Igreja da Inglaterra (CofE).

⁸ Cf. O Quadrilátero de Chicago-Lambeth de 1886/1888

(1.1.8) sua participação na missão apostólica de todo o povo de Deus, e que esta missão é compartilhada com outras Igrejas e tradições além deste Pacto.

1.2 Na vivência em conjunto desta herança de fé em diversos contextos, cada Igreja, valendo-se do Santo Espírito, se compromete:

(1.2.1) a ensinar e agir em continuidade e consonância com as Escrituras e a fé, ordem e tradição católicas e apostólicas, na forma recebidas pelas Igrejas da Comunhão Anglicana, conscientes dos conselhos comuns da Comunhão e nossos acordos ecumênicos

(1.2.2) a manter e proclamar um padrão de raciocínio e disciplina teológicos e morais cristãos que está conforme o ensinamento da Sagradas Escrituras e a tradição católica

(1.2.3) a testemunhar, neste raciocínio, a renovação da humanidade e de toda a criação por meio da morte e ressurreição de Cristo, e a refletir a santidade que, conseqüentemente, Deus dá e exige de seu povo

(1.2.4) a ouvir, ler, marcar, aprender e digerir internamente as Escrituras em nossos diferentes contextos, informados por meio da leitura atenciosa e comunitária das Escrituras, e do testemunho caro delas, por todos os fiéis, pelo ensino dos bispos e sínodos e pelos resultados e estudo rigoroso por estudiosos leigos e ordenados

(1.2.5) a assegurar que os textos bíblicos sejam recebidos, lidos e interpretados fiel, respeitosa, compreensiva e coerentemente, com a esperança de que as Escrituras continuem a iluminar e transformar a Igreja e seus membros e, por meio deles, indivíduos, culturas e sociedades

(1.2.6) a encorajar e aceitar a liderança profética e fiel no ministério e na missão, para assim capacitar o povo de Deus a responder em testemunho corajoso do poder do evangelho no mundo

(1.2.7) a procurar em todas as coisas cumprir a solene obrigação de nutrir e manter a comunhão eucarística, de acordo com as disciplinas canônicas existentes, enquanto zelamos, com o amparo de Deus, pela realização mais plena da comunhão de todos os cristãos

(1.2.8) a seguir constantemente uma peregrinação em comum com todo o Corpo de Cristo, para discernir a amplitude da verdade a que nos leva o Espírito, para que os povos de todas as nações possam se libertar para receber a vida nova e abundante no Senhor Jesus Cristo.

Cláusula Segunda: A Vida que compartilhamos com outros: Nossa vocação anglicana

2.1 Cada Igreja afirma:

(2.1.1) a comunhão como um dom de Deus, dado para que o povo de Deus, de leste a oeste e de norte a sul, proclame conjuntamente a glória do Senhor e seja sinal tanto do reino de Deus no Espírito Santo como dos primeiros frutos no mundo da redenção de Deus em Cristo

(2.1.2) sua gratidão pela providência graciosa de Deus, que nos foi outorgada pelos séculos; nossas origens na Igreja dos apóstolos, as traduções antigas que compartilhamos; a rica história da Igreja na Inglaterra e na Irlanda formada pela Reforma e nosso desenvolvimento de uma comunhão global por meio do trabalho missionário engrandecedor da Igreja; nossa reformulação constante pelo Espírito Santo por meio dos dons e do testemunho sacrificial de anglicanos em todo o mundo; e nosso chamamento a uma vida em comunhão mais plenamente desenvolvida

(2.1.3) com humildade, nosso chamado ao arrependimento constante: por nossos falhas de exercer a paciência e caridade e de reconhecer Cristo uns nos outros; nosso mau uso dos dons gratuitos de Deus; nossa falha de atender ao chamado de Deus para o serviço; e nossa exploração uns dos outros

(2.1.4) o imperativo da missão de Deus a que a Comunhão é chamada, uma vocação e bênção em que cada Igreja se junta com outras em Cristo no trabalho de estabelecer o reino de Deus. Enquanto a Comunhão continua a se desenvolver para se tornar uma família mundial de igrejas interdependentes, abraçamos os desafios e as oportunidades de missão em nível local, regional e internacional. Nisso, prezamos nosso herança de fé e missão porque ela oferece oportunidades aos anglicanos para colaboração missionária

(2.1.5) que nossa missão comum é uma missão compartilhada com outras igrejas e tradições além deste Pacto. Abraçamos as oportunidades pelo descobrimento da vida em todo o Evangelho e pela reconciliação e missão compartilhadas com a Igreja em todo o mundo. Afirmamos a vocação ecumênica do anglicanismo à unidade plena e visível da Igreja, de acordo com a oração de Cristo que “todos sejam um”. É com todos os santos em cada lugar e tempo que compreenderemos as dimensões mais amplas do amor redentor e imensurável de Cristo

2.2 Em reconhecimento destas afirmações, cada Igreja, valendo-se do Espírito Santo, se compromete:

(2.2.1) a atender ao chamado de Deus a se comprometer com a evangelização e a participar da missão restauradora e reconciliadora “para nosso mundo abençoado porém fracionado, dolorido, e caído”⁹ e, com responsabilidade mútua, a compartilhar nossos recursos espirituais e materiais que Deus nos deu, para esta tarefa

(2.2.2) a assumir esta missão, que é a missão de Deus em Cristo:¹⁰

(2.2.2.a) “a proclamar as Boas Novas do Reino de Deus” e trazer todas as pessoas ao arrependimento e fé

(2.2.2.b) “a ensinar, batizar e nutrir novos crentes”, fazendo discípulos em todas as nações (Mt 28:19) por meio do poder revigorante do Espírito Santo¹¹ e trazendo-os no Corpo uno de Cristo cuja fé, chamamento e esperança são um só no Senhor (Ef 4:4-6)

⁹ Relatório IASCOME, ACC-13

¹⁰ As cinco Marcas da Missão constam do Relatório MISSIO de 1999, utilizando-se dos trabalhos do Conselho Consultivo Anglicano: ACC-6 e ACC-8.

¹¹ Church as Communion No.26

- (2.2.2.c) “a atender às necessidades humanas com serviço amoroso”, divulgando o reino de Deus por meio de ministério humilde para com os mais necessitados (Mc 10:42-45; Mt 18:4; 25:31-45)
- (2.2.2.d) “a buscar a transformar as estruturas injustas da sociedade” enquanto a Igreja permanece vigilante com Cristo, proclamando tanto o julgamento quanto a salvação às nações do mundo,¹² e manifestando por meio de nossos atos em nome da retidão de Deus o poder transfigurador do Espírito¹³
- (2.2.2.e) “a zelar pela conservação da integridade da criação e pela sustentação e renovação da vida na terra” como aspectos essenciais da nossa missão em comunhão¹⁴
- (2.2.3) a desenvolver esta missão com humildade e abertura para nossa própria conversão contínua, em vista da nossa infidelidade e falhas no testemunho
- (2.2.4) a reavivar e renovar as estruturas de missão, que despertarão e desafiarão todo o povo de Deus a trabalhar, orar e dar para a expansão do evangelho
- (2.2.5) a ordenar sua missão na adoração alegre e reverente a Deus, gratos de que em nossa comunhão eucarística “Cristo é a fonte e alvo da unidade da Igreja e da renovação da comunidade humana”.¹⁵

Cláusula Terceira: Nossa união e vida compartilhada

3.1 Cada Igreja afirma:

(3.1.1) que, por nossa participação no Batismo e na Eucaristia, somos incorporados no corpo único da Igreja de Jesus Cristo e chamados por Cristo a buscar todas as coisas que produzam a paz e edifiquem nossa vida em comum;

(3.1.2) sua resolução a viver em uma Comunhão de Igrejas. Cada Igreja, com seus bispos em sínodo, ordena e regula seus próprios assuntos e sua responsabilidade local pela missão por meio de seu próprio sistema de governo e lei e, assim, é descrita como vivendo “em comunhão com autonomia e dever de idoneidade”.¹⁶ Confiando no Espírito Santo, que nos chama e nos possibilita a viver a adoração e oração em comum e em afeto, compromisso e serviço mútuos, procuramos afirmar nossa vida em conjunto por meio daqueles Instrumentos de Comunhão que permitem que nossas Igrejas possam confluir para refletir a imagem de Cristo. As Igrejas da Comunhão Anglicana se vinculam “não por uma autoridade legislativa e executiva centralizada, mas sim pela lealdade mútua, sustentada por meio do conselho unido dos bispos em conferência”¹⁷ e dos outros instrumentos de Comunhão.

¹² WCC 1954 Evanston, Christ the Hope of the World

¹³ Declaração de Moscou, 43

¹⁴ IARCCUM, Growing Together in Unity and Mission, 118

¹⁵ Batismo, Eucaristia e Ministério, Conselho Mundial de Igrejas (WCC)

¹⁶ Uma Carta de Alexandria, os Primazes, Março de 2009

¹⁷ 17 Conferência de Lambeth, 1930

(3.1.3) o papel central dos bispos como guardiões e ensinadores da fé, como líderes em missão e como um sinal visível de unidade, representando a Igreja universal perante a local, a Igreja local perante a universal e as Igrejas locais umas perante as outras. Este ministério se exerce pessoal e colegialmente, dentro da comunidade eucarística e em prol dela. Recebemos e mantemos o ministério tripartite histórico composto por bispos, presbíteros e diáconos, ordenados para servir na Igreja de Deus, enquanto chamam todos os batizados para a missão de Cristo;

(3.1.4) a importância de instrumentos na Comunhão Anglicana para subsidiar o discernimento, a articulação e o exercício da nossa fé compartilhada e vida e missão em comum. A vida em comunhão inclui um compromisso contínuo com as diversas expressões da autoridade apostólica, desde os sínodos e conselhos episcopais ao testemunho local, de forma a interpretar e articular constantemente o consenso de fé dos membros da Igreja (*consensus fidelium*). Além dos muitos e variados vínculos que mantém nossa vida em conjunto, reconhecemos quatro Instrumentos em nível da Comunhão Anglicana, que expressam este serviço cooperativo na vida em comunhão:

- I. Conferimos ao Arcebispo de Cantuária, como bispo da Sé de Cantuária, com a qual os anglicanos tem estado historicamente em comunhão, uma primazia de honra e respeito entre o colégio dos bispos da Comunhão Anglicana na qualidade de “primeiro entre iguais” (*primus inter pares*). Como foco e meio de unidade, o Arcebispo convoca e trabalha com a Conferência de Lambeth e o Encontro dos Primazes e preside no Conselho Consultivo Anglicano (ACC).
- II. A Conferência de Lambeth expressa a colegialidade episcopal em todo o mundo e reúne os bispos para louvor, conselhos, consultas e encorajamento no seu ministério de guardar a fé e unidade da Comunhão e de dotar os santos para o trabalho de ministério (Ef. 4:12) e missão.
- III. O Conselho Consultivo Anglicano (ACC) se constitui de representantes leigos, clericais e episcopais das nossas Igrejas.¹⁸ Facilita o trabalho cooperativo das Igrejas da Comunhão Anglicana, coordena aspectos do trabalho missionário e ecumênico internacional dos anglicanos, convoca as Igrejas para assumir a responsabilidade e interdependência mútuas e aconselha sobre o desenvolvimento de estruturas provinciais.¹⁹
- IV. O Encontro dos Primazes é convocado pelo Arcebispo de Cantuária para apoio, oração e aconselhamento mútuos. A autoridade que os primazes levam ao Encontro emana de seus próprios cargos como bispos seniores de suas Províncias e do fato que conversam com suas próprias Câmaras dos Bispos e se encontram dentro de suas próprias estruturas sinódicas.²⁰ No Encontro dos Primazes, os Primazes e os Moderadores são chamados a trabalharem como representantes de suas Províncias em colaboração uns com os outros em missão e em assuntos doutrinários, morais e pastorais que tenham implicações para toda a Comunhão.

¹⁸ Constituição do Conselho Consultivo Anglicano (ACC), Artigo 3 e Anexo

¹⁹ Cf. Os Objetos do Conselho Consultivo Anglicano (ACC) constam do Artigo 2 de sua Constituição

²⁰ Relatório do Grupo de Continuação de Windsor, 69

É a responsabilidade de cada Instrumento consultar, atender e apoiar cada um dos outros Instrumentos e Igrejas da Comunhão.²¹ Cada Instrumento poderá iniciar e encomendar um processo de discernimento e uma direção para a Comunhão e suas Igrejas.

3.2 Em reconhecimento da nossa vida interdependente, cada Igreja, valendo-se do Espírito Santo, se compromete:

(3.2.1) a ter consideração pelo bem comum da Comunhão no exercício de sua autonomia, a apoiar o trabalho dos Instrumentos de Comunhão com os recursos espirituais e materiais a ela disponíveis e a receber esse trabalho com a prontidão de refletir sobre seus conselhos e de se comprometer a acomodar suas reflexões

(3.2.2) a respeitar a autonomia constitucional de todas as Igrejas da Comunhão Anglicana, afirmando nossa responsabilidade e interdependência mútuas no Corpo de Cristo²² e a responsabilidade de cada uma perante a Comunhão como um todo²³

(3.2.3) a dedicar tempo, com abertura e paciência, em assuntos de debate e reflexão teológicos, para escutar, orar e estudar uns com os outros para discernir a vontade de Deus. Essa oração, estudo e debate é uma característica essencial da vida da Igreja enquanto visa ser direcionada pelo Espírito à verdade completa e proclamar o evangelho novamente em cada geração. Alguns assuntos percebidos como controversos ou novos quando surgem bem que podem suscitar uma compreensão mais profunda das implicações da revelação que Deus nos faz; outros assuntos podem, em última análise, ser distrações ou até obstáculos à fé. Por isso, todos os assuntos precisam ser examinados pelo discernimento compartilhado na vida da Igreja

(3.2.4) a procurar uma visão compartilhada com outras Igrejas, por meio dos conselhos da Comunhão, sobre assuntos de importância mútua, em consonância com as Escrituras, os padrões comuns da fé e o direito canônico das nossas igrejas. Cada Igreja empreenderá ampla consulta com as outras Igrejas da Comunhão Anglicana e com os Instrumentos e Comissões da Comunhão

(3.2.5) a agir com diligência, cuidado e precaução no que tange a qualquer ato que, por sua intensidade, objeto ou extensão, poderia ameaçar a unidade da Comunhão e a eficácia ou credibilidade da missão dela;(3.2.6) em situações de conflito, a participar de conversas mediadas, as quais acarretam reuniões pessoais, acordo de parâmetros e a disposição de ver concluídas esses processos

(3.2.7) a ter em mente que nossos vínculos de afeto e o amor de Cristo nos impulsionam sempre a manter o grau mais alto possível de comunhão

Seção Quarta: Nossa Vida Comum sob o Pacto

Cada Igreja afirma os procedimentos abaixo especificados e, na dependência do Espírito Santo, se compromete com sua implementação.

²¹ Cf. IATDC, Comunhão, Conflito e Esperança, parágrafo 113

²² Congresso de Toronto de 1963, e os Dez Princípios da Parceria

²³ Cf. O Anexo do Comunicado em Dar es Salaam da Reunião dos Primazes, Fevereiro de 2007

4.1 Adoção do Pacto

(4.1.1) Cada Igreja que adota este Pacto afirma que celebra o Pacto como compromisso de relacionamento em submissão a Deus. Cada Igreja oferece livremente esse compromisso a outras Igrejas a fim de viver mais plenamente na comunhão eclesial e na interdependência que é fundamental para as Igrejas da Comunhão Anglicana. A Comunhão Anglicana é uma comunidade, no interior da Igreja Una, Santa, Católica e Apostólica, de Igrejas nacionais ou regionais, na qual cada uma reconhece nas demais os vínculos de uma comum lealdade a Cristo expressa numa fé e ordem comuns, numa herança compartilhada de culto, vida e missão, e numa disposição para viver uma vida interdependente.

(4.1.2) Ao adotar o Pacto para si, cada Igreja reconhece nas Seções precedentes uma declaração de fé, missão e interdependência de vida que é coerente com sua própria vida e com a doutrina e prática da fé cristã conforme as recebeu. Reconhece estes elementos como fundamentais para a vida da Comunhão Anglicana e para as relações entre as Igrejas pactuantes.

(4.1.3) Esse compromisso mútuo não representa submissão a nenhuma jurisdição eclesiástica externa. Nada neste Pacto será considerado por si mesmo uma alteração de qualquer provisão da Constituição e dos Cânones de qualquer Igreja da Comunhão, nem limitação a sua autonomia de governo. O Pacto não concede a nenhuma Igreja ou agência da Comunhão controle ou direção sobre qualquer Igreja da Comunhão Anglicana.

(4.1.4) Cada Igreja da Comunhão Anglicana, reconhecida em conformidade com a Constituição do Conselho Consultivo Anglicano, é convidada a adotar este Pacto na sua vida de acordo com seus próprios procedimentos constitucionais.

(4.1.5) Os Instrumentos de Comunhão poderão convidar outras Igrejas a adotarem o Pacto, utilizando os mesmos procedimentos definidos pelo Conselho Consultivo Anglicano para a alteração de seu rol de membros. A adoção deste Pacto não confere nenhum direito de reconhecimento pelos Instrumentos de Comunhão, ou de ser membro deles, o que deverá ser decidido por esses próprios Instrumentos.

(4.1.6) Este Pacto entrará em vigor para uma Igreja quando esta o adotar segundo os procedimentos de sua própria Constituição e Cânones.

4.2 A manutenção do Pacto e a solução de disputas

(4.2.1) O Pacto funciona para expressar os compromissos comuns e a responsabilização mútua que mantem cada Igreja em relação de comunhão com as outras. O reconhecimento de, e a fidelidade a, este Pacto ensejam reconhecimento e comunhão mútuos. A participação no Pacto implica um reconhecimento por cada Igreja daqueles elementos que devem ser mantidos em sua própria vida e pelos quais ela é responsável perante as Igrejas com as quais está em Comunhão a fim de sustentar a relação expressa neste Pacto.

(4.2.2) Será atribuição do Comitê Permanente da Comunhão Anglicana, responsável perante o Conselho Consultivo Anglicano e a Reunião dos Primazes, monitorar o funcionamento do Pacto na vida da Comunhão Anglicana como representante dos Instrumentos. Neste sentido, o Comitê Permanente será apoiado por outros comitês ou

comissões que possam ser criados para auxiliar na realização dessa função e para aconselhá-la sobre questões relativas ao Pacto.

(4.2.3) Quando surgirem questões atinentes à interpretação do Pacto ou sobre a compatibilidade com o Pacto de alguma ação por parte de uma Igreja pactuante, é dever de cada Igreja pactuante buscar vivenciar os compromissos da Seção 3.2. Tais questões podem ser suscitadas pela própria Igreja, outra Igreja pactuante ou os Instrumentos de Comunhão.

(4.2.4) Onde não se alcançar uma visão comum o assunto será referido ao Comitê Permanente. O Comitê Permanente fará todo possível para facilitar um acordo, e pode aconselhar-se com quaisquer órgãos que achar apropriados para chegar a uma visão sobre a natureza do assunto em questão e sobre as consequências relacionais que podem decorrer. Onde for apropriado, o Comitê Permanente referirá a questão tanto ao Conselho Consultivo Anglicano como à Reunião dos Primazes para aconselhamento.

(4.2.5) O Comitê Permanente poderá solicitar que uma Igreja postergue uma ação controversa. Se uma Igreja recusar-se a postergar tal ação, o Comitê Permanente poderá recomendar a qualquer Instrumento de Comunhão consequências relacionais que possam especificar uma restrição provisória de participação em, ou suspensão de, aquele Instrumento até a conclusão do processo previsto abaixo.

(4.2.6) Com base no aconselhamento recebido do Conselho Consultivo Anglicano e da Reunião dos Primazes, o Comitê Permanente poderá emitir uma declaração de que uma ação ou decisão é ou deveria ser “incompatível com o Pacto”.

(4.2.7) Com fundamento no aconselhamento recebido, o Comitê Permanente poderá fazer recomendações quanto a consequências relacionais que fluem de uma ação incompatível com o Pacto. Essas recomendações podem ser dirigidas às Igrejas da Comunhão Anglicana ou aos Instrumentos de Comunhão e abordarem em que medida a decisão de alguma Igreja pactuante prejudica ou limita a comunhão entre aquela Igreja e as outras Igrejas da Comunhão, e as consequências práticas de tal prejuízo ou limitação. Cada Igreja ou cada Instrumento determinará se aceita ou não tais recomendações.

(4.2.8) A participação na tomada de decisão do Comitê Permanente ou dos Instrumentos de Comunhão com respeito à Seção 4.2 será limitada aos membros dos Instrumentos de Comunhão que sejam representantes das igrejas que adotaram o Pacto ou que ainda estejam em vias de adotá-lo.

(4.2.9) Cada Igreja se compromete a estabelecer mecanismos, agências ou instituições, consistentes com sua própria Constituição e Cânones, que possam supervisionar a observância das afirmações e compromissos do Pacto na vida daquela Igreja, e se relacionar com os Instrumentos de Comunhão sobre assuntos pertinentes ao Pacto.

4.3 A retirada do Pacto

(4.3.1) Qualquer Igreja do Pacto poderá decidir retirar-se do Pacto. Embora tal retirada não resulte em saída automática dos Instrumentos ou em repúdio do caráter

anglicano daquela Igreja, ela pode suscitar questionamento sobre a interpretação do Pacto e a compatibilidade com os princípios nele incorporados, e leva à aplicação das disposições previstas na Seção 4.2.2 acima.

4.4 O texto do Pacto e suas alterações

(4.4.1) O Pacto consiste do texto deste documento na forma do Preâmbulo, Seções Primeira a Quarta e a Declaração. A Introdução ao Texto do Pacto, que será sempre anexada ao texto do Pacto, não faz parte do Pacto, mas terá autoridade na compreensão do seu propósito.

(4.4.2) Qualquer Igreja pactuante ou Instrumento de Comunhão poderá submeter uma proposta de alteração do Pacto aos Instrumentos de Comunhão através do Comitê Permanente. O Comitê Permanente encaminhará a proposta ao Conselho Consultivo Anglicano, à Reunião dos Primazes, às Igrejas pactuantes e a qualquer outro órgão que considerar apropriado, para aconselhamento. O Comitê Permanente fará uma recomendação sobre a proposta à luz do aconselhamento recebido e submeterá a proposta, juntamente com eventuais revisões, às Igrejas pactuantes. A alteração entrará em vigor quando ratificada por três quartos dessas Igrejas. O Comitê Permanente adotará um procedimento para promulgação da emenda.

Nossa Declaração

Com alegria e resolução firme, declaramos que nossas Igrejas participam deste Pacto da Comunhão Anglicana, dando-nos como oferta para prestarmos um serviço frutífero e vinculando-nos mais intimamente na verdade e no amor de Cristo, a quem com o Pai e o Espírito Santo seja a glória para sempre. Amém.

“O Deus da paz, que pelo sangue da aliança eterna trouxe de volta dentre os mortos o nosso Senhor Jesus, o grande Pastor das ovelhas, os aperfeiçoe em todo o bem para fazerem a vontade dele, e opere em nós o que lhe é agradável, mediante Jesus Cristo, a quem seja a glória para todo o sempre. Amém.” (Hebreus 13:20-21)